

# NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Jul



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2003 | 2018



## Paralisação de vigilantes faz Hospital de Sobradinho suspender visitas

**Segundo sindicato dos trabalhadores que fazem a segurança no local, 98 pessoas lotadas na unidade estão sem salário e cruzaram os braços**



Vigilantes do Hospital Regional de Sobradinho (HRS) cruzaram os braços nesta quarta-feira (11/7). Segundo o sindicato da categoria, os trabalhadores da empresa Ipanema, 98 no total, deveriam ter recebido na última sexta (6), mas o salário ainda não caiu na conta. Com o movimento, a Secretaria de Saúde suspendeu as visitas.

A pasta garante que o atendimento na unidade ocorre normalmente. “Nenhum serviço de saúde está interrompido. Somente as visitas estão temporariamente canceladas, de forma a

garantir a segurança de pacientes e servidores”, destacou a Secretaria de Saúde.

Recentemente, o Metrôpoles mostrou que o hospital está sobrecarregado por conta da escassez de profissionais na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Sobradinho. Pelo menos três médicos-residentes do HRS pediram exoneração, o que afetou a escala de trabalho e comprometeu o serviço prestado, chegando a interromper o acolhimento da população nos últimos dias.

Fonte: Metropoles



# Banco do Brasil descumpre CCT dos vigilantes e empresa

## Angel's pratica assédio moral



A empresa Angel's Segurança e Vigilância ganhou na Justiça o direito de contrato para vigilância no posto do Banco do Brasil na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Região Serrana do Rio. Até aí nada mais que uma disputa entre contratante e contratado.

Acontece que a empresa voltou com as mesmas práticas de assédio aos vigilantes. A Angel's vem praticando perseguição aos trabalhadores que já trabalhavam no posto do banco. Tudo isso por conta de processos judiciais movidos pelos vigilantes contra a empresa por falta de cumprimento no pagamento de verbas trabalhistas. Num último episódio, ocorrido no sábado (07/07), um vigilante que possui um processo antigo contra a Angel's foi humilhado por funcionários da empresa na sede da capital Rio de Janeiro.

Banco do Brasil descumpre a CCT

O Banco do Brasil deixou de exigir a Certidão

## Falta de pedido imediato não impede reconhecimento de

## rescisão indireta



A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a um vigilante da Savoy Indústria de Cosméticos S.A. em Senador

de Regularidade Sindical de Base conforme prevê a Cláusula 59ª. Por força da convenção coletiva de trabalho e em atendimento ao disposto nos artigos 607 e 608 da CLT - Consolidação das Leis de Trabalho, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública direta ou indireta ou contratação por setores privados deverão apresentar Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical para com suas obrigações sindicais.

O parágrafo primeiro acrescenta que a falta da Certidão ou sua apresentação com prazo de validade que será de 30 (trinta) dias – vencido permitirá, às empresas concorrentes, bem como aos Sindicatos convenientes, nos casos de concorrência, carta-convite, pregão, tomada de preço ou outra forma de licitação alvejar o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

“Vamos encaminhar uma circular ao banco para pedir informações sobre esse descumprimento Isso é grave, pois assegura ao cliente não ter riscos com empresas que descumprem as verbas trabalhistas ou atrasam salários de seus empregados”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região.

Fonte: Imprensa SindVig Petrópolis

Canedo (GO) o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho pela não concessão regular do intervalo intrajornada. Apesar de o empregado ter feito o pedido mais de dois anos depois do início da irregularidade, o colegiado entendeu que a demora não era motivo para rejeitá-lo.

Segundo o vigilante, desde o início do contrato, em outubro de 2013, a empresa nunca concedeu o intervalo corretamente nem pagou

a hora correspondente. Por esses e outros motivos, ele ajuizou a ação em julho de 2016 pedindo a rescisão indireta.

O pedido foi deferido no primeiro grau, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) reformou a sentença, frisando que um dos requisitos para dissolução do pacto por culpa patronal é a imediatidade. Para o TRT, o empregado, ao constatar o cometimento de falta grave pelo empregador, deve romper de imediato o contrato de trabalho, sob pena de se caracterizar o perdão tácito.

No recurso ao TST, o vigilante alegou que a empresa descumpriu diversas obrigações do contrato e que a imediatidade não é requisito para reconhecimento da rescisão indireta.

O relator, ministro Brito Pereira, observou que, para o TST, existindo ou não imediatidade

no ajuizamento da reclamação trabalhista, “a simples inobservância do intervalo intrajornada implica reconhecimento da falta grave do empregador”. O relator citou precedentes de diversas Turmas do TST e da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) que confirmam o entendimento de que essa falta é motivo de rescisão indireta do contrato de trabalho.

Por unanimidade, a Turma deu provimento ao recurso de revista do empregado para restabelecer a decisão de primeiro grau e condenar a empresa ao pagamento das verbas rescisórias decorrentes dessa modalidade de ruptura contratual.

A decisão foi unânime

Processo: 11237-97.2016.5.18.0081

Fonte: TST

## **Dieese aponta que trabalhadores autônomos ganham 33% menos depois do golpe Ministério do Trabalho inclui contratos**



Os brasileiros que se tornaram trabalhadores autônomos – ou seja, sem vínculos empregatícios – nos dois últimos anos tiveram rendimento médio cerca de 33% menor do que aqueles que estavam há mais tempo nesse tipo de ocupação.

O dado é destaque de um boletim divulgado pelo Departamento Intersindical de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na última quarta-feira (4). O material tem como

base dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em maio deste ano.

Em 2017, cerca de 23 milhões de pessoas atuavam como autônomas, e, desse total, 5 milhões (23%) haviam aderido a esse tipo de trabalho há menos de dois anos, segundo informações da Pnad.

A coordenadora de pesquisas do Dieese, Patrícia Pelatieri, aponta que a renda menor desses trabalhadores está diretamente relacionada ao contexto de crise econômica, alto índice de desemprego e maior precarização do mercado.

“Esse dado nos diz que, na verdade, nós não somos um país de empreendedores. Esse é um recurso pra [o trabalhador], num momento de crise, continuar tendo renda. O trabalho por

conta própria nesses dois últimos anos é uma alternativa à falta do assalariamento”, analisa.

#### Desigualdades

Outro dado relevante do boletim diz respeito às diferenças de renda por cor/raça e gênero entre os trabalhadores que se tornaram autônomos mais recentemente e os mais antigos.

No intervalo entre o final de 2015 e o final de 2017, os autônomos recentes apresentaram rendimento menor em relação aos anteriores em todas as categorias analisadas pelo IBGE, que são “homem negro”, “homem não negro”, “mulher negra” e “mulher não negra”. Entre essas categorias, as diferenças de renda entre os recentes e os antigos foram, respectivamente, de 21,9%; 31,2%; 16,3%; e 41,2% para menos.

Considerando números absolutos, as mulheres negras que estão entre os autônomos recentes têm o menor rendimento médio de todos os grupos, de R\$ 809.

“Vemos, então, que aumentaram ainda mais as diferenças que sempre existiram no mercado de trabalho. Essa é a perversidade do nosso mercado”, critica Patrícia Pelatieri.

#### Proteção social

O terceiro destaque do boletim do Dieese aponta que os trabalhadores autônomos surgidos no contexto de crise se depararam com trabalhos com menor proteção social.

O boletim ressalta que 77% deles não tinham CNPJ nem contribuía para a Previdência Social no período analisado; menos de 9% possuíam CNPJ e faziam contribuição previdenciária; e cerca de 20% contribuía para a Previdência, ainda que sem CNPJ.

Patrícia Pelatieri destaca que os dados revelam uma mudança de rumo no caminho que o país vinha trilhando nos últimos dez anos, quando houve políticas específicas para inclusão previdenciária.

Ela cita como exemplos as políticas do microempreendedor individual (MEI), que são pessoas que faturam até R\$ 81 mil por ano, e da contribuição previdenciária para mulheres que atuam como donas de casa.

“É muito assustador ver a expulsão da proteção social de milhares de trabalhadores. Nós estamos dando passos pra trás em relação a pequenas conquistas que tínhamos alcançado nesse campo”, aponta.

Fonte: Cristiane Sampaio – Brasil de Fato

## Basta de desemprego: 10 de agosto é dia de mobilização em todo o Brasil



No dia em que a reforma trabalhista completou um ano de sua aprovação no Senado, a CUT e demais centrais sindicais (Força Sindical, CTB, UGT, Intersindical, NCST e CSP-

Conlutas), reunidas em São Paulo na manhã desta quarta-feira (11), definiram a luta a ser travada nas ruas no próximo dia 10 de agosto. É o Dia do Basta, com paralisações, atrasos de turnos e atos nos locais de trabalho e nas praças públicas de grande circulação de todo o País. Uma grande manifestação na Avenida Paulista, em frente à Fiesp, está prevista para ocorrer a partir das 10h, com a participação de várias categorias de trabalhadores e trabalhadoras e de movimentos sociais.



“Basta de desemprego, basta de retirada de direitos, basta de privatizações, basta de aumentos abusivos nos preços dos combustíveis, basta de sofrimento para o povo brasileiro”, sintetiza o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre.

“Será um dia de luta pelo país. A desesperança tomou conta do povo brasileiro, por isso é urgente essa luta. O Brasil tem de repensar o seu caminho, porque esse caminho que está sendo trilhado é o da tragédia, da exclusão social, do desemprego”, completa o dirigente.

“Dá para perceber que, em todos os estados brasileiros, as pessoas estão perdendo o emprego. Cada família tem dois ou três desempregados e, com o desmonte das políticas públicas e o congelamento dos investimentos públicos, o que se vê é cada vez mais pessoas e até famílias inteiras dormindo na rua”, afirma Sérgio.

Segundo o secretário-geral da CUT, além do basta ao desemprego, no dia 10 de agosto, os trabalhadores e trabalhadoras vão cobrar também o fim das privatizações e a revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos.

Segundo Sérgio Nobre, a privatização de estatais e serviços públicos significa também precarização das condições de trabalho e mais desemprego. Ele afirma ainda que, no Brasil, existem obras de infraestrutura que estão paradas por conta do congelamento de gastos, que, se fossem retomadas, poderiam gerar milhões de empregos.

Ele cita como exemplo a venda da Embraer - em processo de entrega à norte-americana

Boenig -, a entrega da Eletrobras às empresas chinesas, e a privatização da Petrobras e do Pré-Sal, que já teve campos leiloados para estrangeiras - como a Shell.

“Temos 28 milhões de desempregados porque não interessa aos que deram um golpe de Estado que o povo trabalhe e gere renda no Brasil. O propósito disso é jogar o salário para baixo, precarizar as condições de trabalho e entregar o patrimônio público brasileiro”, critica.

O Dia do Basta, segundo Sérgio Nobre, também mandará um recado a quem pleiteia qualquer cargo nas eleições deste ano. “Mostraremos que o povo brasileiro não está satisfeito e que não aceita políticas que não sejam voltadas ao amparo dos trabalhadores e trabalhadoras”, diz.

Ele explica que as propostas da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora serão apresentadas aos candidatos à presidência da República nas eleições de outubro.

Tanto para a CUT como para as demais centrais, o que o país precisa é de um caminho novo para recuperar a democracia, o desenvolvimento, a geração de emprego com qualidade e a distribuição de renda e somente a mobilização de todos vai abrir esse caminho.

Para as entidades, não é mais possível conviver com os estragos que a política neoliberal implantada pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (MDB-SP) impôs à classe trabalhadora, como a reforma trabalhista, “vendida” à população como uma promessa de criação de mais empregos.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmar Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, Iojas 09-11

73300-000 Brasília-DF